

## A PAC e o ALENTEJO



Frequentemente o Alentejo (e os Agricultores Alentejanos) é/são acusados de “sorvedouro” da maior parte dos dinheiros que vêm de Bruxelas.

### Alguma razão haverá.

Mas quem não conhece o Alentejo e a maioria da população urbana que só tem como fontes de informação as “notícias”, quase sempre incompletas e algumas vezes distorcidas, deverá saber que

### Há Alentejo e Alentejo...

Há no Alentejo, Agricultores e Agricultores...

Debrucemo-nos, então, sobre esta questão.

### 1 – EM TERMOS NACIONAIS

a) Vêm, em média, para Portugal, do FEOGA Garantia e para as chamadas

Ajudas Directas, via INGA, cerca de 609 milhões de euros por ano (122 milhões de contos), que têm como destinatários 272.608 beneficiários.

b) Os sectores “contemplados” na campanha 2000/01 são, por ordem decrescente e em %:

<b>Culturas Arvenses</b>	<b>34,3</b>
<b>Vacas Aleitantes</b>	<b>12,2</b>
<b>Azeite</b>	<b>9,5</b>
<b>Ovinos e Caprinos</b>	<b>8,5</b>
<b>Erradicação da BSE</b>	<b>5,8</b>
<b>Bovinos</b>	<b>5,6</b>
<b>Tomate para Industria</b>	<b>4,6</b>
<b>Abate de Bovinos +30 meses</b>	<b>4,0</b>
<b>Indemnização</b>	
<b>Compensatórias Animais</b>	<b>4,0</b>
<b>Indemnização</b>	
<b>Compensatórias Áreas</b>	<b>2,8</b>

c) Dos “beneficiários” do INGA, 240.452 recebem menos de 2.500 euros/exploração, enquanto 1.655

recebem mais de 50.000 euros/exploração, o que significa que 88% do total de beneficiários recebe apenas 21% dos dinheiros enquanto 0,6% dos beneficiários recebem 39% das verbas, cabendo a estes últimos 237 milhões de euros por ano (47 milhões de contos) a uma média de 143.000 euros (29.000 contos) por cada um.

d) Na grande “fatia” das Culturas Arvenses, que recebe como se viu atrás 34,3% do total os 192 milhões de euros são repartidos:

- 38% para os pequenos produtores (menos de 92 toneladas) que são em número de 131.498 (97% do total de beneficiários)

- 62% para os chamados produtores profissionais (mais de 92 toneladas), que são apenas 3.846 e representam 3% do total dos Beneficiários

- Nestas verbas estão incluídos 10 milhões de euros (2 milhões de contos) que são pagos, anualmente, para manter 82.000 ha em set-aside/pousio, isto é, sem nada produzir.

e) Tudo isto é fruto de uma má Política Agrícola Comum, feita à medida dos interesses de outros Países que não o nosso.

Vejam a comparação entre o peso na Produção Agrícola Portuguesa dos produtos mais importantes e os apoios (ajudas à produção) que esta PAC proporciona.

	% da Produção	Ajudas à Produção
Vinho	16,7	NÃO
Hortícolas Frescos	16,2	NÃO
Leite	11,8	NÃO
Frutos Frescos	9,0	NÃO
Aves e Ovos	8,4	NÃO
Suínos	7,7	NÃO
Batata	1,7	NÃO
<b>Sub-Total</b>	<b>71,5</b>	<b>0</b>

	% da Produção	Ajudas à Produção
Beterraba	0,4	SIM
Trigo	0,5	SIM
Arroz	0,7	SIM
Azeite	0,8	SIM
Milho	1,9	SIM
Ovinos e Caprinos	2,1	SIM
Bovinos	3,9	SIM
<b>Sub-Total</b>	<b>10,3</b>	<b>SIM</b>



Como se constata, 71,5 por cento daquilo que produzimos não tem qualquer apoio à produção enquanto 10,3% da nossa produção está incluída em OCM's (Organizações Comuns de Mercado ) com apoios (ajudas directas).

Para melhor clarificar isto, as áreas que trabalham os Agricultores Portugueses, sem apoio directo de qualquer espécie são, por exemplo:

- 22.000 hectares de citrinos**
- 52.000 hectares de Frutos Frescos**
- 80.000 hectares de Batata**
- 80.000 hectares de Frutos Secos**
- 98.000 hectares de Hortícolas**
- 200.000 hectares de Vinha**

**nos quais produzem:**

**30.000 toneladas de amêndoa, noz e avelã**

**850.000 toneladas de frutos frescos**

**1 milhão de toneladas de batata**

**6,7 milhões de hectolitros de Vinho**

Isto para não falar de 300.000 toneladas de carne de aves, 350.000 toneladas de carne de suíno e 1,9 milhões de toneladas de leite que, em termos de ajudas directas estão nas mesmas condições, isto é, nada recebem de tal Política Agrícola Comum.

## **2 – EM TERMOS DO ALENTEJO**

Havendo, como veremos a seguir, enormes disparidades no Alentejo, importa igualmente reconhecer que:



a) O Alentejo produz 28% do Azeite Português

b) No Alentejo existem 23% dos Bovinos Machos do País

c) 66% das Vacas Aleitantes estão no Alentejo

d) 52% dos Ovinos e Caprinos estão igualmente no Alentejo

e) No Alentejo se produzem também quantidades importantes de Cereais, de Vinho, de Arroz, de Tomate, de Fumeiros e Enchidos, de Cortiça e de Frutas

Mas, no próprio Alentejo é a região onde as desigualdades e assimetrias são maiores.

Cá dentro e lá fora é difícil compreender como a região onde a SAU média por exploração é mais do dobro da média europeia, apresenta os mais baixos índices de produção e de Valor Acrescentado Bruto por hectare...

Questões de distribuição da terra, de posse e uso da mesma, de uma região onde “há tanta gente sem terra e tanta terra sem gente”.

Questões também de coutos e reservas de caça.

Relativamente aos tão falados dinheiros do INGA vão, anualmente, para o Alentejo:

- 251 milhões de euros (50 milhões de contos) dos quais:

- 120,3 milhões de euros para as Arvenses

- 51,0 milhões de euros para os Bovinos

- 28,6 milhões de euros para os Ovinos e Caprinos

- 16,0 milhões de euros para o Azeite

- 9,7 milhões de euros para os Bovinos Machos

- 9,7 milhões de euros para Indemnizações Compensatórias

- 5,6 milhões de euros para o Tomate de Indústria

É na distribuição/repartição destas verbas que se tornam evidentes as desigualdades que muita gente “de fora” não se apercebe:

- Das 33.530 explorações que recebem do INGA a 27.806 delas “cabem” menos de 12.470 euros por exploração enquanto que 5.724 recebem, para cada, mais do que aquele valor. Ou seja, 83% das explorações recebe 17% dos dinheiros ao passo que 17% das explorações recebem 83% das verbas do INGA que vão para o Alentejo.

- Também, por exemplo, nas Ajudas à Produção de Azeite 10.972 das 16.652 produtores são pequenos produtores (menos de 500 kgs de Azeite) o que equivale a 66% do total de produtores mas que recebem, somente, 20% do Azeite pago em Ajudas.

### **3 – BENEFICIÁRIOS E RESIDÊNCIAS**

Perante toda essa avalanche de números e dinheiros convém dizer, também, para onde vão os milhões do INGA.

A média de ajudas directas por beneficiário apresenta a seguinte “escala”, a nível de concelhos:

1º Porto, com média de 132.345 euros por beneficiário

2º Cascais, com média de 99.191 euros por beneficiário

3º Funchal , com média de 69.042 euros por beneficiário

4º Loures, com média de 45.400 euros por beneficiário

5º Benavente, com média de 44.280 euros por beneficiário

6º Oeiras, com média de 35.608 euros por beneficiário

7º Vila Franca de Xira, com média de 32.452 euros por beneficiário



Sendo esta a relação dos “top+”, no “carro vassoura”, já não fazendo caso dos concelhos Ponta do Sol e Ribeira Brava (153 e 177 euros), os concelhos em que se recebe menos por beneficiário são:

- Pampilhosa da Serra	186 euros
- Castanheira de Pêra	222 euros
- Mesão Frio	226 euros
- Oleiros	234 euros
- Góis	236 euros
- Pedrógão Grande	238 euros
- Vila Nova de Poiares	257 euros

São, de facto, enormes diferenças! É, sem dúvida nenhuma, o resultado dessa PAC!

Para terminarmos com uma referência ao Alentejo, diga-se que no “agrícola” concelho do Porto (da Ribeira até à Foz com passagem pelo “Palácio de Cristal”) cada beneficiário recebe, em média:

**18 vezes mais que os dos concelhos de Odemira e Sousel**

**21 vezes mais que os do concelho de Moura**

**24 vezes mais que os do concelho de Reguengos de Monsarás**

**28 vezes mais que os do concelho de Estremóz**

Ao mesmo tempo que no igualmente “agrícola” concelho de Cascais (Estoril incluído), cada beneficiário recebe, em média:

**17 vezes mais que os do concelho da Vidigueira**

**18 vezes mais que os do concelho de Portel**

**24 vezes mais que os do concelho de Almodôver**

**49 vezes mais que os do concelho de Borba**

É por estas e outras razões que entendemos que a actual PAC (Política Agrícola Comum) de pouco “presta” e que a proposta de Reforma que se avizinha “falta pouco para não prestar para nada”.

É por tudo isto que exigimos outra PAC:

- Mais justa, mais igualitária, que evite tantas assimetrias entre agricultores, produções, regiões e países

- Que remunere condignamente o trabalho de quem produz

- Que garanta preços justos à produção

- Que permita produzir com segurança e qualidade para o consumidor

- Que preserve o ambiente e evite o êxodo rural e a desertificação.



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



UNIÃO EUROPEIA  
FUNDOS ESTRUTURAIS